

A GESTÃO DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS PELOS CAMPONESES DO CARIRI PARAIBANO ATRAVÉS DO SISTEMA DE FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS (FRS)

*Maria do Socorro de Lima Oliveira¹
Ghislaine Duque²*

Resumo: Este trabalho expõe a experiência dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) no Cariri Paraibano. Trata-se de uma forma de crédito rotativo que possibilita, através da cooperação entre seus membros, a gestão de recursos para a construção de benfeitorias nas comunidades. O resultado deste trabalho é a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de recursos comuns através do exercício da solidariedade. Os grupos se fortalecem e ganham autoconfiança. Descobrem que a união – ação coletiva – permite obter resultados impossíveis de se alcançar pela ação individual. É o fim do assistencialismo e da dependência que ele gere e o início das iniciativas auto-geridas. Este novo olhar descentraliza o conhecimento específico dos agentes mediadores e valoriza as experiências dos camponeses, horizontalizando os saberes. Após apresentarmos a origem da primeira experiência de FRS na Paraíba, apresentaremos o caso da comunidade Mandacaru, que ilustra bem o potencial desse tipo de organização como as dificuldades encontradas na sua gestão.

Palavras-chave: Gestão de Finanças solidárias, Camponeses, nordeste.

Abstract: This article presents the experience of Solidarity Rotating Funds (SRF) in the region of Cariri in the state of Paraíba in Brazil. It is a form of rotating credit association that enables, through cooperation among its members, funds management to improve welfare in communities. Result of this work is the learning of collective and community management of common resources through the practice of solidarity. Groups are strengthened and gain self-confidence. They discover that collective action lead to results that are impossible to achieve by individual action.

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE/UAST de Serra Talhada-PE. socorrololiveira@gmail.com.br.

² Doutora em sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG – Campina Grande/PB, Brasil. Professora visitante sênior na UNIVASF/CCS-Campus de Juazeiro-BA. ghduque@uol.com.br.

It's the end of patron-client relationship that induces dependency, and the beginning of self-managed initiatives. This new approach combines the specific knowledge of mediators with experiences of small-scale farmers. After presenting the origin of the first experience of SRF in Paraíba, we will present the case of the community Mandacaru, which well illustrates the potential of this type of organization and the difficulties encountered in its management.

Keywords: Solidarity Rotating Funds, peasants, Nordest.

Introdução

Este trabalho apresenta uma experiência de aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de recursos através do exercício da solidariedade e da reciprocidade entre camponeses. Essa experiência iniciou, no Cariri paraibano, mediante uma organização – os Fundos Rotativos Solidários (FRS) – que permite a comunidades rurais do Nordeste Semiárido o acesso a diversos bens que possibilitam a convivência no semiárido e a experiência da gestão comum desses bens.

Em primeiro lugar será esboçado um breve histórico do surgimento dos FRS no Cariri paraibano, evidenciando como os camponeses de uma comunidade rural deixaram gradativamente de lado o papel passivo que lhes era imposto há várias gerações e passaram a desempenhar a função de protagonistas de suas interações sociais através do sistema de Fundos Rotativos Solidários.

A seguir, chegando ao ponto central de nossa exposição, será demonstrado como os FRS permitem a gestão coletiva e o manejo de finanças solidárias e, como exemplo, será apresentado o caso da comunidade Mandacaru, que ilustra bem ao mesmo tempo o potencial desse tipo de organização e as dificuldades encontradas em sua gestão.

A primeira experiência de Fundos Rotativos Solidários no Cariri Paraibano: o exercício da aprendizagem coletiva na Comunidade Caiçara

O sistema de Fundos Rotativos Solidários surgiu no ano de 1993, no Cariri Paraibano, mais precisamente na Comunidade Rural de Caiçara, município de Soledade. O objetivo era criar uma forma de disponibilizar recursos financeiros destinados à construção de cisternas de placas, já que o Município vinha enfrentando problemas no abastecimento de água, relacionados a uma forte seca, e falta de infraestrutura que suportasse um longo período de estiagem.

A comunidade de Caiçara foi escolhida porque tinha grande deficiência em recursos hídricos; era uma comunidade populosa, e o carro pipa abastecia com água um buraco sem cerca, que freqüentemente era invadido por animais. Além do mais, tinha na comunidade um grupo que refletia sobre o trabalho comunitário (Oliveira, 2006, p. 01-02).

O primeiro projeto foi financiado pelo Catholic Relief Service (CRS), em convênio como o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho foi organizado pelo Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) – organização não-governamental (ONG) que direciona sua ação para o meio rural – em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) e com a Paróquia local. Inicialmente, os “promotores” dos primeiros FRS pretendiam apenas multiplicar recursos insuficientes para atender a demanda de cisternas das comunidades.

O funcionamento dos primeiros FRS aconteceu da seguinte maneira: certa quantia de dinheiro, correspondendo ao material de uma ou duas cisternas, era emprestado a um grupo de famílias – após entendimento com a comunidade. Esse grupo comprometia-se solidariamente a devolver o empréstimo, segundo as modalidades e o ritmo decididos em conjunto. A primeira família a ser beneficiada foi sorteada, e o trabalho foi realizado em conjunto,

pelo sistema do mutirão (ajuda mútua). À medida que o volume das devoluções o permitia, as famílias seguintes eram sorteadas e novas cisternas construídas. Quando todas as famílias do grupo obtiveram suas cisternas, as últimas devoluções permitiram a criação de um novo fundo rotativo na comunidade, ou a aquisição de outro bem para o grupo (OLIVEIRA, 2006).

O treinamento inicial foi dado por um técnico do PATAC na ocasião da construção da primeira cisterna no salão comunitário de Caiçara. Todos que se interessassem podiam aprender, não precisava ser pedreiro. Geralmente, a cada construção de uma cisterna iniciando um novo grupo, havia um treinamento. Logo, surgiu um novo ofício: o de pedreiro de cisternas de placas. Vale ressaltar que não era cobrado (e até hoje não é cobrado) nenhum ônus para ensinar essa profissão; ela é repassada de mestre para aprendiz cada vez que é necessário.

O material de construção das cisternas era comprado em lojas de Soledade ou de Campina Grande; a escolha entre uma ou outra localidade se dava em virtude dos melhores preços. Parte do material, como areia e brita, era conseguida na própria comunidade; isto barateava o custo da cisterna que na época era de aproximadamente R\$ 370,00. O trabalho de construção consistia em cavar o buraco da cisterna, preparar o concreto, bater as placas para então levantar e rebocar as paredes.

Desde o início em Caiçara foram realizadas reuniões com os primeiros grupos de fundos. Nestas ocasiões era decidida a forma de funcionamento e como deveriam ser feitos os pagamentos das parcelas do fundo. Havia a orientação do PATAC para a formação de grupos compostos por 05 famílias. O pagamento era feito inicialmente ao STR e posteriormente ao PATAC; como este se localizava em Campina Grande, foi escolhido pelos grupos um membro da comunidade para receber os pagamentos e repassar ao PATAC. A função desta entidade era explicar o sistema, organizar os grupos, fazer os treinamentos e comprar o material das cisternas com o repasse das parcelas.

Depois, este sistema ampliou-se, passando a subsidiar outras tecnologias e as necessidades estabelecidas pelas comunidades

(como ajudar uma família que estivesse passando por dificuldades financeiras).

A partir daí, os fatos foram acontecendo aleatoriamente por intermédio da experimentação da nova tecnologia e do novo sistema de organização cooperativa. Não havia muita clareza, nem por parte dos técnicos, nem por parte dos camponeses, do que estava sendo construído. Na época, eles não vislumbraram em que suas ações iriam resultar.

A gente não tinha consciência do tamanho que o trabalho com os fundos ia alcançar. O que fizemos foi tentar driblar as dificuldades e a dependência dos pipas dos políticos (Joaquim, líder comunitário de Caiçara).

Hoje, em Caiçara, mais de 80 famílias, praticamente todas, possuem sua cisterna a partir do sistema de fundos rotativos. Estes continuam funcionando na comunidade, fomentando outras iniciativas, tais como: a construção de barragens subterrâneas, palma forrageira para alimentação animal, criação de ovelhas, silos, cercas de tela.

A experiência pioneira de Caiçara, com fluxo ágil de repasse dos fundos e quase nenhuma deserção, foi responsável pela disseminação do sistema de FRS pela Paraíba e inspirou muitas outras experiências por todo o semiárido. No entanto, não é possível dizer que o sistema de fundos é uma obra apenas dos grupos de Caiçara ou dos técnicos que lá atuaram. Ela é fruto da conjuntura que estava sendo construída coletivamente em Soledade e cercanias. Para Elias (1994), os processos sociais podem até ser encabeçados por um grupo social, mas não pertencem a nenhum grupo específico. Isto pode ser verificado a partir dos processos vividos pelo Sistema de Fundos Rotativos com o surgimento do *Coletivo* e da adesão deste e de outras entidades da Paraíba ao trabalho de irradiação dos mesmos.

A invenção do Sistema de Fundos Rotativos Solidários abriu as portas para a aprendizagem da gestão coletiva e comunitária de bens individuais e comuns a partir do exercício da solidariedade

e da reciprocidade (Oliveira, 2006). Os grupos se fortaleceram e ganharam autoconfiança. Aprenderam a trocar idéias e descobriram que a cooperação – ação coletiva – permite obter resultados difíceis de serem alcançados pela ação individual.

Ao observar a participação dos camponeses em reuniões de FRS, percebemos que a maioria deles tem plena consciência da importância de seu papel para manutenção e funcionamento dos fundos. Essa tomada de consciência às vezes evita as imposições dos técnicos, sendo utilizada como elemento de negociação e obtenção de vantagens: “Nós precisamos da ASA, mas ela também precisa da gente. Nem tudo deve ser do jeito que eles querem, senão nada feito” (Camponês da Comunidade Mandacaru). (OLIVEIRA, 2006, p. 46-47).

Para os técnicos do PATAAC, os Fundos Rotativos Solidários de cisternas iam muito além da simples transferência de recursos para a agricultura, potencializando e reestruturando as pequenas unidades de produção ao nível do desenvolvimento econômico e sociocultural das comunidades. Descobriram que, do ponto de vista econômico, os fundos contribuem para a construção de propostas de crédito compatíveis com a realidade e diversidade dos agricultores; e em nível social, eles são um importante instrumento de organização e gestão coletiva que reforça a participação.

Os chamados Fundos Rotativos Solidários (FRS), enquanto mecanismo de mobilização e valorização social da poupança comunitária, assumem a forma de gestão compartilhada de recursos coletivos. (...) o termo ‘solidário’ confere um novo sentido de sociedade, com estilo e valores concebidos e apropriados localmente, mas abertos à interação com outros grupos e ideais e contrapondo-se às realidades políticas e econômicas excludentes (ROCHA & COSTA, 2006, p. 13)³.

³ Os autores são técnicos que participaram da organização dos FRS.

As comunidades, ao gerenciarem esses bens comuns, têm consciência de sua origem externa, especialmente quando esses recursos são governamentais. Como afirmam os técnicos mediadores, as comunidades constroem uma nova percepção do bem público. Contribuem assim, para desconstruir a visão disseminada em nossa sociedade de que os recursos públicos, exatamente por serem públicos, podem ser gastos sem compromisso com a responsabilidade de seu uso ou com a qualidade que resulta de sua aplicação. Ao optarem por gerir esses recursos na forma de fundos rotativos, criando associações de crédito próprias, elaboram regras adaptadas às suas realidades. Por exemplo, discutem as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas (Oliveira, 2006).

Dentro da dinâmica comunitária, os fundos rotativos se inserem num processo rico de formação onde os valores da democracia e da transparência são exercitados pelas comunidades na gestão deste recurso coletivo. As regras de gestão dos recursos, os beneficiários e as formas de atendimento das famílias mais empobrecidas são permanentemente discutidos. Os FRS constituem assim um verdadeiro processo pedagógico e político de organização, e não simplesmente uma operação econômica (OLIVEIRA, 2006, p. 48).

Vejamos algumas falas de testemunhas do funcionamento dos FRS nas comunidades rurais:

Quando tem uma reunião, as pessoas dos FRS são as primeiras a chegar. Os FRS mudam o espírito das pessoas. Elas começam a se engajar.

A partir da nossa organização, nós criamos uma associação de pequenos produtores, e todo segundo domingo, temos reuniões. Isso surgiu a partir do trabalho com os Fundos Rotativos.

Facilitou a aproximação entre os membros da comunidade e com os membros das comunidades vizinhas.

Na minha comunidade, o teto da casa de uma pessoa carente caiu num forte inverno. Essa pessoa tinha muitos filhos pequenos que ficaram ao relento. Ai nós, do grupo dos FR, nos reunimos e decidimos que deveríamos pegar o dinheiro em caixa para ajudar essa pessoa a construir seu telhado.

Mudou a maneira das pessoas pensar. Deixaram de ser individualistas, estão se organizando mais.

No meu grupo foi exigido que fosse feita em primeiro lugar uma cisterna para uma pessoa que tinha muita dificuldade.

O que mudou foi o compromisso. É como o embrião da organização na comunidade.

(Testemunhas recolhidas em reuniões de avaliação dos FRS, citadas em DUQUE et al., 2010).

Com a experiência da auto-gestão dos Fundos pela comunidade se fortalecem autonomia e auto-estima. Daí uma relação nova – que não é mais de subordinação, mas de troca de saberes entre iguais – envolvendo os produtores entre si e os produtores com os mediadores. O resgate dos saberes tradicionais permite aos “produtores experimentadores” de adaptar orientações técnicas a seus próprios ecossistemas, respeitando suas tradições (técnicas e culturais). Cria-se um clima de reflexão, alimentado pelos encontros nas comunidades, e um movimento de vai e vem (encontros, debates, boletins, relatórios) que passa dos níveis locais, regionais e estadual ao nacional, e volta do nacional às comunidades.

Resumindo, o sistema de Fundos Rotativos Solidários de cisternas possui vários aspectos. Em primeiro lugar, ele responde a essa necessidade de pequenos investimentos produtivos ou de infraestrutura que permitem a decolagem da economia familiar. Em segundo lugar, não é um favor, é um empréstimo que será

pago (pelo menos parcialmente, pois tem um tipo de rebate), e que, portanto, não cria dependência. O produtor se sente orgulhoso de mostrar o bem construído. Em terceiro lugar, o sistema dos Fundos Rotativos Solidários é o pontapé inicial para a organização da comunidade, e talvez seja nisso que reside seu valor essencial para modificar a situação de subdesenvolvimento.

Hoje na Paraíba, a partir da primeira experiência realizada com FRS em 1993, houve um processo de irradiação para milhares de famílias envolvidas e distribuídas em mais de 1.800 comunidades de 140 municípios em todo o Estado.

Do ponto de vista social, os FRS foram a maior conquista coletiva e, do ponto de vista técnico, a aprendizagem da tecnologia de construção de cisternas deu início a um processo de formação de camponeses nessa especialização e em outras. Pois esses camponeses expandiram seus conhecimentos passando de construtores de cisternas para Agricultores Experimentadores (AE), ampliando suas práticas através do domínio das mais diversas tecnologias de convivência com o semiárido.

A experiência dos FRS na comunidade rural de mandacaru: a gestão e o manejo do sistema de fundos rotativos solidários

A idéia de Fundos Rotativos Solidários chegou a Mandacaru no ano de 1997, correspondendo à fase de disseminação desse sistema pela Articulação do Semiárido Paraibano (ASA-Paraíba)⁴ em todo Estado da Paraíba. Esta etapa pode ser caracterizada pela rápida expansão dos trabalhos com os FRS através de várias entidades que compõem a ASA na Paraíba, onde cada entidade,

⁴ A ASA é uma rede de pessoas e entidades diversas – sindicatos, ONGs, comunidades, paróquias – que atuam em conjunto para a convivência no semiárido e trocam informações e experiências. A rede existe em todos os Estados do semiárido, sob diversos nomes. Em 1999 se formou uma rede nacional: a Articulação Brasileira no Semiárido: ASA-Brasil.

bem como cada localidade imprimia suas características aos Fundos.

Em Soledade⁵, município onde se localiza Mandacaru, o trabalho com os FRS era feito sob a orientação de duas entidades que fazem parte da ASA-Paraíba: o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Soledade (STR) em parceria com o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAAC). Após a formação dos grupos, eram dados os cursos de gerenciamento dos recursos hídricos e o treinamento que servia de base à construção das cisternas, barragens subterrâneas, etc. Outro fator importante era que os repasses das parcelas dos grupos retornavam ao PATAAC que se encarregava de reaplicá-lo na comunidade de origem ou noutra comunidade, dependendo da demanda e da necessidade de cada localidade.

É neste contexto que os FRS chegaram a Mandacaru. A comunidade foi escolhida por desfrutar da fama de ser uma “comunidade organizada”, por possuir uma associação ativa que desenvolvera várias ações oriundas de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal.

A história da Comunidade Mandacaru teve início com a compra da terra pelo Sr. Antonio José, o qual teve apenas como único herdeiro Manoel (o “Vô Neco”), pessoa que teve 10 filhos. Todas as famílias da comunidade (com exceção de duas) são descendentes dele. Ainda em vida, o “Vô Neco” dividiu a fazenda entre seus filhos, cabendo em torno de 20 ha. para cada um, parcelas que só foram apropriadas após sua morte. Com o falecimento do Vô, em 1979, a fazenda se desfez e a comunidade surgiu. Nessa época, a Igreja Católica tinha como uma de suas metas unir os sítios da

⁵ Nossa pesquisa de campo foi feita na comunidade rural Mandacaru no município de Soledade. Esse Município ocupa 560 km² de extensão e possui uma população estimada em 13.623 hab (IBGE, 2007). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Soledade é um município localizado na microrregião do Curimataú Ocidental. No entanto, o município encontra-se na fronteira das microrregiões do Cariri, Seridó e Curimataú do Estado, e é considerado como Cariri pela população local.

zona rural, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – com o intuito de facilitar a ação pastoral (Sabourin, 1999). Assim, os vários sítios dos descendentes do Vô formaram a Comunidade de Mandacaru (nome fantasia), antigo nome da fazenda, comunidade formada por descendentes de um mesmo tronco familiar.

A Comunidade Mandacaru é composta por 35 famílias cujos estabelecimentos agrícolas variam muito de tamanho: de 3 a 120 hectares. Destas famílias, apenas duas são de pessoas vindas de forma e que hoje são integradas à Comunidade por laços sociais adquiridos através de casamento dos filhos com descendentes do “Vô”, de compadrio e de trocas econômicas horizontais.

Hoje a maioria da população sobrevive essencialmente de uma agricultura de subsistência, com fracos excedentes para o mercado local, complementada por uma atividade reduzida de criação. Ainda é percebida a persistência de uma economia horizontal baseada na reciprocidade social: troca de excedentes, empréstimos entre parentes e compadres.

Como foi dito anteriormente o Fundo Rotativo Solidário é entendido pela ASA e pelos técnicos do PATAC como uma forma de democratizar as inovações tecnológicas, como as cisternas de placas, a barragem subterrânea e os poços amazonas, integrando isso à lógica de partilha já presente na comunidade. Porém, para que ele possa funcionar, é necessário que os camponeses aceitem a sua proposta, já que os FRS só funcionam se houver cooperação. A princípio, os camponeses de Mandacaru desconfiavam e até rejeitavam essas novas tecnologias, isto por não conhecerem as novidades e por não entenderem como funcionava o sistema de FRS.

Por mais que quisessem ou precisassem das inovações, principalmente das cisternas, os camponeses de Mandacaru não aceitaram imediatamente a proposta de fundo rotativo por temerem que o sistema não funcionasse bem, podendo proporcionar-lhes algum tipo de prejuízo financeiro.

As cisternas eu queria, mas não entendia como era o tal de fundo rotativo. Tive medo de pagar e o outro

não pagar e eu perder tudo e no final não ter o dinheiro nem a cisterna (Maria, membro da comunidade).

Os camponeses acreditavam que seria mais oneroso participar dos grupos de fundos, do que desfrutar dos benefícios das inovações tecnológicas. É como se naquele momento, a lógica individual dos camponeses não entrasse em consonância com a lógica de ação coletiva afirmada através dos FRS.

Para resolver esse dilema e motivar os camponeses a participarem dos FRS, foram realizadas várias reuniões pelos técnicos do PATAC e do STR com o intuito de explicar os princípios de solidariedade e ajuda mútua que norteavam os fundos. Nesta ocasião, alguns camponeses de Caiçara (comunidade pioneira com o trabalho dos FRS) foram dar o depoimento de suas experiências. Outra estratégia foi a realização de visitas de intercâmbio. Dois camponeses de Mandacaru, Benedito e Carlos, foram fazer uma visita em Caiçara, para conhecerem as cisternas de placas e os fundos rotativos. Outra visita foi feita na cidade de Ouricuri-PE para ver o desempenho das barragens subterrâneas. A visita de intercâmbio e o testemunho das pessoas foram muito importantes. A gente começou a acreditar que poderia dar certo. Mesmo assim, alguns ainda desconfiavam. Fomos conhecer as cisternas de Caiçara e as barragens de Ouricuri no Pernambuco. Quando nós voltamos, tivemos a idéia de construir barragens e cisternas nas nossas propriedades, os outro viram que dava certo, ai tudo começou (Benedito, membro da comunidade).

Ao voltarem das visitas de intercâmbio, Benedito, então presidente da Associação, e Carlos organizaram uma reunião da comunidade. O objetivo do encontro era divulgar as experiências que haviam conhecido e tentar convencer os demais camponeses a formarem grupos de FRS. A iniciativa foi bem sucedida. Decidiu-se formar três grupos de FRS de cisternas de placas, cada um composto por 05 famílias, totalizando 15, e na mesma reunião

se encaminhou a construção de uma barragem subterrânea, com o trabalho das Frentes de Emergência. Ulteriormente mais 6 barragens subterrâneas foram construídas.

Nós queríamos a cisterna, mas só participamos desse grupo porque os compadres Benedito e Carlos disseram que era bom e daria muito certo. A gente só pode confiar em quem a gente conhece, não é? (Joana, membro da comunidade).

Após a decisão da comunidade em formar grupos de FRS, o PATAC passou a procurar e repassar recursos para os primeiros grupos. De todas as inovações, a cisterna era a mais requisitada, por ser um reservatório de água potável, e também por tocar um aspecto mais sensível da realidade dos camponeses: a falta de água. Para construir uma cisterna, bastava ter uma casa com espaço ao lado e um telhado em boas condições. Já para fazer uma barragem subterrânea, era preciso que houvesse no estabelecimento uma declividade por onde a água de chuva escorria, infiltrando-se no chão. Daí o porquê de terem sido formados três grupos de fundos rotativos de cisterna e só um de barragem, pois apenas alguns camponeses desfrutavam da estrutura necessária para construir esta última.

Alguns camponeses de Mandacaru tornaram-se exímios construtores de cisternas e barragens subterrâneas. Além de instalar essas inovações em seus estabelecimentos, passaram a divulgar essas novidades tecnológicas e experimentar outras tantas, sendo chamados, a partir de então, de agricultores experimentadores.

O trabalho de construção das primeiras cisternas mobilizou para os mutirões até alguns camponeses que não faziam parte dos primeiros grupos, pois tinham interesse em conhecer de perto a tecnologia para verificar “se dava certo”. Este fato surpreendeu muito a todos, já que após a morte do Vô, o mutirão quase não existia mais em Mandacaru, salvo raras exceções, como no caso da manutenção de bens de uso comum, como o tanque de pedras e as estradas.

Ninguém mais queria participar de mutirão. Até para limpar o tanque tava ficando difícil arranjar gente. Com o fundo rotativo a coisa melhorou. Todo mundo ficou interessado em aprender a fazer cisterna. Também, se eu não participar do mutirão dos outros, eles não irão para o meu! Não é? (Pedro, membro da comunidade).

Logo a ação coletiva da comunidade Mandacaru a transformou na vitrine de demonstração do PATAC, atraindo visitantes de todas as partes do Brasil e de outros países. A título de exemplo, no ano de 2002, a comunidade afirma que recebeu quase duas mil visitas de camponeses de outras localidades, membros de ONGs, técnicos de diversas instituições governamentais, pesquisadores de órgãos públicos, e até “curiosos de outros países”, políticos etc. Todos queriam conhecer as novas técnicas de infra-estrutura e manejo produtivo e seu funcionamento através dos FRS.

É fantástico ver uma comunidade organizada com seus membros cooperando e realizando iniciativas por conta própria semi-árido. Conviver com a seca através de inovações a baixo custo e a partir de um crédito que requisita a solidariedade é algo fantástico (Técnico da EMBRAPA-PB).

O reconhecimento externo das ações dos camponeses de Mandacaru os enchia de orgulho e satisfação. As constantes visitas os incentivavam a manter um ritmo inexorável de ações conjuntas. Sabourin, Duque et al. (2005) colocam em evidência a importância desse reconhecimento para o fortalecimento da ação coletiva dos camponeses. Mas em Mandacaru, a ação coletiva estava beneficiando uma espécie de grupo de comando, isso devido ao fato de que as inovações estavam chegando à comunidade de forma diferenciada. Não que houvesse vontade de privilegiar ou excluir. Na realidade, os produtores que se destacavam nas reuniões, dispondo-se a experimentar (e cujas propriedades se prestavam às experimentações) acabavam concentrando as ações enquanto

os outros não se manifestavam. Dessa forma, a atenção especial dos técnicos se concentrou nos experimentadores. Em quase dois anos de funcionamento dos FRS, as cisternas não tinham chegado a contemplar nem a metade das famílias dos primeiros grupos.

Para o PATAC, a estratégia de priorizar os experimentadores tinha sido escolhida, pois se acreditava que numa comunidade pequena e coesa, formada por pessoas descendentes de um mesmo tronco familiar, os laços de solidariedade e de reciprocidade garantiriam a rotatividade dos fundos. Porém, o grupo dos experimentadores, formado principalmente por três camponeses que mantinham relações com as instituições que atuavam na região e com políticos locais, passou a destacar-se e a diferenciar-se dos demais habitantes de Mandacaru. A ação coletiva através dos fundos rotativos, proposta pela mediação do PATAC, reforçou a diferenciação social e econômica que já existia na comunidade.

Segundo os técnicos do PATAC, os experimentadores se destacaram em função de algumas qualidades individuais – iniciativa, participação, capacidade cooperativa – e sobretudo de seu interesse, e também pela natureza de seus estabelecimentos agrícolas, tais como capacidade produtiva e condições físicas propícias. É verdade que nem todas as famílias de Mandacaru possuíam capacidade estrutural para construir barragens subterrâneas e poços amazonas. Mas todos tinham disposição para participarem pelo menos dos FRS de cisternas.

Não escolhemos propositalmente os agricultores experimentadores. As coisas foram acontecendo. Claro que muitas das inovações têm seu limite de aplicação muito evidente. Não se constrói barragens subterrâneas em qualquer lugar. Acreditávamos que após a experiência de experimentação as ações seriam irradiadas. Não contávamos com tantos problemas. Mas as coisas estão se resolvendo, lentamente, mas estão (Técnico do PATAC).

Entre 1999 e 2001, a situação dos experimentadores beirava a deserção, gerando uma certa tensão na comunidade. O valor

estimado de investimento feito pelo PATAC para os FRS tinha sido de aproximadamente 20.130,00 R\$. Em 2002, a dívida dos membros dos FRS ainda era de 17.420,00 R\$ (incluindo as parcelas que ainda estavam dentro do prazo de carência). Considerar as dívidas como perdoadas chegou a ser cogitado pelos experimentadores; o argumento posto discretamente por eles nas reuniões do Coletivo Regional de Educação Solidária⁶; era que já haviam pago o que deviam na forma de treinamentos dados⁷ e de demonstrações feitas em seus estabelecimentos.

Esta atitude dos experimentadores não deriva da malevolência, nem mesmo da ausência de solidariedade ou de compromisso recíproco. Muito pelo contrário. Eles não queriam prejudicar os outros ou a si próprios. Desistir naquele momento, embora o endividamento e a pressão social os inclinassem a esse ato, seria quebrar uma cadeia de relações sociais de confiança e reciprocidade baseada na reputação da qual desfrutavam. “Para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros” (Gambetta, 1988 apud Putnam, 1996, p. 174). Perder a confiança do PATAC e dos seus amigos, parentes e vizinhos seria o mesmo que determinar o isolamento social. Pois quebrar as regras de reciprocidade é decretar para si próprio a possibilidade de exclusão das relações sociais do grupo (Mauss, 1966; Sahlins, 2003; Ostrom, 1990; Putnam, 1996).

Não houve deserção. Mas diante da situação de endividamento e da perspectiva de alguns anos de pouca chuva e quase nenhuma safra, as devoluções foram lentas e os fundos rotativos andaram, entre os anos de 2001 e 2004, a passos lentos e descontínuos.

⁶ Entidade criada pelos camponeses, com o estímulo do STR apoiado pelo PATAC, para fazer a gestão dos Fundos Rotativos do município, e ulteriormente dos municípios vizinhos.

⁷ Vale dizer que já recebiam por alguns treinamentos.

Em 2001, com o projeto piloto do P1MC⁸, houve uma maior disseminação do sistema de fundos pela Paraíba. Com isso a ASA-PB passou a promover uma maior interação entre lideranças e entidades que trabalhavam com os fundos através de encontros regulares, bem como do intercâmbio entre os camponeses envolvidos com o sistema. Nestas ocasiões começou a ser melhor entendida e disseminada a noção de que os Fundos deveriam proporcionar a criação de uma poupança comunitária e que o repasse das parcelas, que antes era feito à instituição de origem, deveria ficar na comunidade, fato que estava ocorrendo em algumas partes da Paraíba.

A mudança de foco do FRS, ou seja, o fato do PATAC repassar o controle do sistema para as mãos dos camponeses, permitiu que a organização interna da comunidade acionasse os instrumentos necessários à cooperação a partir de uma lógica interna.

O entendimento do PATAC (como também da ASA-Paraíba) de que os FRS deveriam de fato ser da comunidade, passando seu gerenciamento para os camponeses, modificou a forma de intervenção em Mandacaru. Os fundos ficaram nas mãos dos membros dos grupos e o montante financeiro, por eles mobilizado, não retornou mais para o mediador. A comunidade experimentou assim, um novo momento. A sensação de posse em relação aos FRS e ao processo possibilitou o fortalecimento da ação coletiva, isto devido ao interesse direto dos camponeses em administrar o que era deles.

Os sentimentos de solidariedade e de reciprocidade reapareceram e os grupos de fundos voltaram a funcionar. As tensões foram diminuindo ao passo que novas cisternas e barragens eram construídas.

⁸ O Programa de Mobilização e Formação para convivência no Semiárido: Um milhão de cisternas rurais (P1MC) criado pela ASA/Brasil e adotado/financiado pelo Governo Federal. A seguir, a ASA criou ainda o Programa P1+2: Uma terra e duas águas (uma água para beber e outra para produzir), programa também adotado pelo Governo Federal.

Assim, a partir de 2002, a construção de cisternas e barragens subterrâneas foi retomada aos poucos. A gestão interna dos recursos possibilitou e incrementou a cooperação. Agora não se confundia mais associação, PATAC e STR, nem os atores envolvidos com os FRS. A identificação com os fundos alterou a situação de outrora: “Se o FRS é da comunidade, vamos fazê-lo funcionar” exclamou um membro do grupo de fundos de cisternas.

No final de 2005 chegaram os recursos do P1MC para a construção de 05 cisternas em Mandacaru. Havia, também, o recurso para mais uma cisterna proveniente do repasse do último grupo de FRS. Nesse ano, a Associação estava passando por uma nova administração, a de Pedro – agricultor experimentador. A administração de Pedro estava sendo beneficiada pela fase de revitalização social possibilitada pela retomada do funcionamento dos FRS. Pedro organizou a associação de maneira que os sócios voltaram a contribuir com as mensalidades e a participar das reuniões. A comunidade estava vivenciando um momento no qual a situação conflituosa de outrora havia sido temporariamente apaziguada.

A retomada da confiança e da reputação perdidas pelos experimentadores deu-se pela retomada do trabalho com os FRS e pela boa administração de Pedro. Assim, em novembro de 2005, mais um grupo de fundo rotativo foi formado, ato que dois anos antes não teria sido possível, já que os demais membros da comunidade não acreditavam mais no sistema nem nos seus principais organizadores.

A comunidade Mandacaru, por sua vez, também não era mais a mesma. Pois, passara por uma longa experiência de quase 10 anos com os fundos rotativos, experiência que lhe conferiu certa aprendizagem coletiva, derivada dos conflitos, graças aos arranjos que teve que criar para enfrentar os problemas. O novo grupo formado por 06 famílias recebeu suas cisternas de uma vez. O repasse dos recursos dessas cisternas ia beneficiar as 03 famílias restantes. Esse novo grupo foi formado numa reunião da associação, onde ficou decidido que os últimos três membros do último grupo de FRS e os mais carentes – de água e financeiramente – seriam

os primeiros beneficiados, para com os repasses contemplar as últimas famílias da comunidade que ainda não possuem cisternas.

A mobilização, nessa nova fase, partiu dos membros da comunidade. Desta vez, foram eles que criaram as regras. Como eram eles os responsáveis diretos pela organização e pelo futuro da ação coletiva, advinda do sistema de FRS, esse fato ajudou a acionar os mecanismos de controle sugeridos e aprovados pelo grupo. A clareza de propostas e regras facilitou a ação coletiva e a gestão dos bens comuns de um grupo, mesmo que não houvesse como garantir a plena cooperação de todos até o fim do processo (Ostrom, 1990; Putnam, 1996).

Vale considerar que o sistema tradicional de “mando” se reproduziu. Assim, se o grupo de Agricultores Experimentadores se desfez, os mesmos estão se mantendo numa certa posição de poder através do comando da presidência da Associação da Comunidade, revivendo a fase anterior, quando o “Vô” decidia de tudo. Eles ainda se constituem como “grupo dominante”. Ao longo de oito anos eles vem se alternando no comando da associação, repassando os cargos administrativos a seus parentes próximos: filhos, genros, noras, esposas, afilhados, pessoas que lhes são subalternas. De certa forma, esse grupo dominante constitui um grupo “identitário nômico” (Elias, 2000) que se afirma através de um controle efetivo das instituições comunitárias. Além da Associação eles estão presentes, também, no comando do grupo de mulheres e do grupo de jovens por intermédio de suas mulheres e filhos.

Portanto, apesar do progresso vivido pela comunidade na gestão solidária dos FRS, os velhos esquemas de dominação estão se mantendo. Mesmo com todas as transformações ocorridas, há em Mandacaru, a persistência da figura do líder. Os líderes, identificados por todos como os “sabidos” – aqueles que reúnem qualidades especiais – está sempre presente.

No entanto, apesar dessa situação, a comunidade deu sinais de que havia conquistado a autonomia. Ao ser contemplada por um projeto de criação animal a fundo perdido, oriundo do Projeto Dom Helder Câmara, em reunião da Associação (e sem

intervenção do presidente), foi decidido transformar o mesmo em fundo rotativo. Criaram assim o FRS de ovinos e caprinos: receberam 111 animais, e distribuíram os caprinos e ovinos para um grupo de 18 criadores que decidiram estender o benefício às famílias que tinham ficado de fora. Ainda no primeiro ano, 2007, mais 04 famílias foram contempladas, e da mesma forma em 2008 e 2009, totalizando 26 famílias. O rebanho chegou a 310 cabeças sem contar com 148 que foram vendidas, gerando o montante de R\$ 8.800,00. O fundo continuou girando e a perspectiva era de que as demais famílias da comunidade fossem contempladas com o FRS. Segundo o presidente da Associação, quando as últimas famílias devolverem o repasse, o fundo será revertido em obras comunitárias.

Logo nós notamos que com iniciativa comum e organização comunitária é possível caminhar com nossos próprios pés. A comunidade é grata à ASA, pois foi a partir do trabalho dela que aprendemos que não precisamos de favores e sim de projetos que nos permitam crescer. (Presidente da Associação de Mandacaru).

Diante dessa experiência, os camponeses de Mandacaru perceberam que é possível lutar por novas conquistas e administrá-las por conta própria. Dessa forma, no início de 2010, conseguiram um novo projeto, de uma entidade governamental, para o fortalecimento da forragem animal. Assim, eles foram contemplados com 04 máquinas agrícolas, de uso comum, para o beneficiamento de forragem, extraída da vegetação nativa e armazenada em silos de trincheiras (técnica camponesa aperfeiçoada e difundida pela ASA que consiste em armazenar a forragem em valas cavadas no solo).

Hoje, a Comunidade ainda é parceira da ASA e o PATAC continua sendo a entidade mais atuante em seus domínios. Porém, ao longo de mais de 12 anos de experiências de manejo e gestão de bens individuais e comuns, é possível afirmar que houve uma

considerável conquista de autonomia, permitindo o fortalecimento dos laços e da organização do grupo social.

Mesmo diante da especificidade da configuração social apresentada hoje na Comunidade Mandacaru – seus laços de interdependência, sua constituição histórica, seu processo social interno – a ação coletiva lá estabelecida é fruto de um processo social mais amplo que pode ser vislumbrado a partir da inserção da Comunidade num contexto sociopolítico mais amplo: o da ação coletiva que vem sendo construída desde a década de 1980 em Soledade e no Cariri paraibano.

Como foi possível perceber, houve a intercessão das esferas de ação coletiva que se construíram dialeticamente em torno da Comunidade, do Município e do território mais amplo do Cariri. Em virtude da atuação efetiva de diversos atores sociais, a ação coletiva foi sendo construída através da busca incessante dos objetivos elencados por esses atores cujo fim desejado era, a princípio, a convivência com o semiárido, mas que tomou maiores proporções a partir da busca do desenvolvimento territorial e da conquista de políticas públicas mais amplas como os Programas P1MC e P1+2 da ASA-Brasil em parceria com o Governo Federal.

O tipo de ação coletiva desenvolvida em Mandacaru, Soledade e Cariri é, na verdade, fruto de um movimento social de origem camponesa, que vem unindo atores sociais das mais diversas orientações, através da luta e da resistência contra as estruturas políticas de dominação que impedem os processos democráticos e a conquista da autonomia camponesa. Portanto, camponeses, entidades, organizações, Coletivos e Rede ASA são expressões concretas do tipo de ação que a cooperação e a gestão de bens comuns podem gerar. Apesar de traços das estruturas tradicionais de dominação permanecerem, os grupos de FRS conseguiram construir sua autonomia.

A ação coletiva, a princípio impulsionada pelos mediadores, foi plenamente absorvida pelos camponeses da Comunidade ao ponto deles assumirem sua gestão, dando continuidade as experiências coletivamente construídas. Assim, é possível extrair do caso da Comunidade Mandacaru, um rico e inquestionável

processo de fortalecimento das práticas sociais, da aprendizagem coletiva e da conquista da autonomia de seus camponeses.

Por fim, um complexo processo de realização da ação coletiva, como o acima exposto é de difícil apreensão empírica. Para engendrar as explicações necessárias à compreensão de todas as vicissitudes que lhes são inerentes foi preciso realizar um longo percurso de profunda inserção no campo pesquisado. Só a pesquisa de longo tempo foi capaz de revelar as nuances indispensáveis à compreensão do caso de Mandacaru.

Considerações finais

O sistema de Fundos Rotativos Solidários, criado a partir da necessidade de manejo e gestão de bens comuns, é sem dúvida uma iniciativa que, além de possibilitar a construção e difusão de tecnologias baratas e adaptadas à região semiárida, permite o fortalecimento da organização comunitária e a conquista da autonomia tão desejada pelos camponeses do Nordeste brasileiro.

No caso de Mandacaru, a experiência de manejo e gestão compartilhada facilitou o engajamento e a adequação das regras para o funcionamento do FRS. Os membros da comunidade aprenderam, a partir das experiências que compartilharam ao longo de quase 12 anos, a criar e seguir suas próprias regras de gestão coletiva.

A influência de agentes externos fortaleceu a forma de cooperação tradicional, baseada na ajuda mútua. Por um lado, a cooperação ganhou novos contornos pela implementação dos FRS. Por outro, o incentivo à ação cooperativa fortaleceu certos laços sociais. Vale salientar que o reforço destes laços pode revigorar certos lugares de poder que suscitem desigualdades e conflitos. Isso pode ser exemplificado com clareza a partir do gerenciamento dos FRS em Mandacaru.

A experiência de Mandacaru mostra essa dimensão comunitária dos FRS, atrelada ao comportamento dos indivíduos em comunidade, onde a reputação e a confiança associadas às

regras de solidariedade e reciprocidade são os principais elementos que possibilitam a cooperação e a gestão comum dos bens. Diante das características históricas e socioculturais de Mandacaru, verifica-se que a maneira como os FRS foram conduzidos e se realizaram, só pode ser encarada como uma realidade *sui generis* própria de lá. Mas de maneira geral pode servir de parâmetro para estudos futuros em outras comunidades. Indica em particular que a organização e gestão comum de bens por uma comunidade é um processo pedagógico que exige tempo, pois tem seus avanços e seus recuos, mas que vale o investimento.

Bibliografia

- ASA-BRASIL (Articulação no Semi-Árido Brasileiro), (1999). Declaração do semi-árido: propostas da Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação. Recife/PE (26/11/1999).
- DUQUE, G; COSTA, J. W. de S; ROCHA, J. C. da. Fundos Rotativos Solidários: Instrumento de apoio à transição agroecológica na Paraíba. In *Agriculturas, Experiência em Agroecologia*. Leisa Brasil, Rio de Janeiro: As-Pta, Vol. 7 n. 2, jul. 2010, p. 22-28.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, N & SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- MAUSS, M. *Essai sur le don*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.
- OLIVEIRA, M. S. L., (2006). *Cooperação entre camponeses: um estudo a partir dos Fundos Rotativos Solidários*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Campina Grande.

- OSTROM, E. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge Press, 1990.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ROCHA, J. C. da e COSTA, J. W. de S. Fundo Rotativo Solidário: instrumento de promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável no semi-árido. *Agriculturas*, Rio de Janeiro: AS-PTA, vol. 2, n. 3, p. 12-15, out. 2005.
- SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. In. *Revista Raízes*. Vol. 1, n. 20, pp. 41-49, Campina Grande. Ed. Universitária da UFPB, 1999.
- SABOURIN, E; DUQUE, G; DINIZ, P. C; OLIVEIRA, M. Do S. de L; GRANCHAMP, L. F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *CC&T – Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília-DF: Embrapa, v. 22, n. 2, p. 101-120, 2005.
- SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.